

Excelentíssimo Senhor  
Presidente da Câmara Municipal.

**PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 179/2013**

“PREVÊ CAPTAÇÃO, PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DE DOAÇÕES DE ALIMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO A CIDADÃOS NECESSITADOS (PROGRAMA BANCO MUNICIPAL DE ALIMENTOS).”

**A Câmara Municipal de São João da Boa Vista, APROVA:**

**Art. 1º.** Fica instituído o Programa Banco Municipal de Alimentos, com objetivo de captar doações de alimentos e promover sua distribuição, diretamente ou através de entidades previamente cadastradas, às pessoas e/ou famílias em estado vulnerável.

**Parágrafo único.** O programa arrecadará junto às indústrias, cozinhas industriais, restaurantes, mercados, feiras, “sacolões” e assemelhados, os alimentos, industrializados ou não, que por qualquer razão tenham perdido sua condição de comercialização, mantidas, no entanto, as propriedades que garantam condições plenas e seguras para o consumo humano, mediante aprovação do órgão de vigilância sanitária.

**Art. 2º.** Ao Poder Executivo, através do órgão de assistência social, caberá promover a coleta dos alimentos doados, através de veículos adequados e devidamente autorizados pela autoridade sanitária municipal e/ou estadual, mediante solicitação do doador.

**Parágrafo único.** Poderão habilitar-se, como doadores, pessoas físicas ou jurídicas responsáveis pelos estabelecimentos referidos no artigo anterior.

**Art. 3º.** A distribuição de alimentos às pessoas ou famílias interessadas poderá ser realizada através de entidades assistenciais, sem fins lucrativos, previamente cadastradas junto ao órgão de assistência social.

**Parágrafo único.** As entidades que promoverem a distribuição de alimentos:

- I - Informarão quinzenalmente o número de pessoas e/ou famílias atendidas com as doações deste programa;
- II- Preservarão a identidade dos beneficiários finais.

**Art. 4º.** Fica o Executivo Municipal autorizado a criar, através de decreto, o Conselho Gestor do Banco Municipal de Alimentos, com membros integrantes do Poder Público e da sociedade civil, que terá caráter consultivo e deliberativo.

**Art. 5º.** O Poder Executivo promoverá campanhas de esclarecimento e estímulo à doação, redução de desperdício e aproveitamento integral de alimentos e demais atividades de educação para o consumo.

**Parágrafo único.** Farão parte das campanhas médicos, enfermeiros e auxiliares de enfermagem das Unidades Básicas de Saúde, que, no decorrer do atendimento à população, farão trabalho de esclarecimento à comunidade sobre a importância do programa.

**Art.6º.** O órgão de vigilância sanitária é responsável pelo acompanhamento dos produtos doados e pela verificação de suas propriedades para que estejam em condições de consumo.

**Parágrafo único.** Os doadores são isentos de qualquer responsabilidade civil ou criminal, desde que os produtos estejam dentro dos critérios estabelecidos pela vigilância sanitária.

**Art.7º.** O Poder Executivo é autorizado a regulamentar, através de decreto, o cumprimento da presente lei.

**Art. 8º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Dr. Durval Nicolau, 6 de dezembro de 2013

**JOSÉ EDUARDO DOS REIS  
VEREADOR - PSB**

#### **JUSTIFICATIVA**

Este projeto tem como objetivo principal minimizar os efeitos da fome, além de contribuir para a redução do alto índice de desperdício de alimentos. O Programa Banco Municipal de Alimentos atuará de três formas distintas:

- 1) no fornecimento de alimentos e combate ao desperdício;
- 2) no desenvolvimento de ações educativas junto à população, esclarecendo e estimulando a doação, redução de desperdício e o consumo integral e consciente dos alimentos;
- 3) provocando uma mudança cultural na sociedade, de valorização do alimento e combate à fome e à pobreza.

Em nosso país, infelizmente, muitas pessoas acreditam que não podem doar alimentos, justamente pela falta de um sistema que proteja o doador de boa fé. Isso desestimula as doações e colabora para o desperdício de recursos que, como sabemos, são limitados.

De acordo com a ONG Banco de Alimentos, para se ter uma idéia do que é desperdiçado, pode-se trazer à luz as seguintes informações: de cada 100 caixas produzidas no campo, apenas 39 chegam à mesa do consumidor; os supermercados desperdiçam 2,52% do seu faturamento, o que equivale a 2 bilhões de reais por ano; 60% do lixo da cidade de São Paulo é orgânico, isto é, restos de alimentos; e talvez, o mais ilustrativo: por dia, 39 mil toneladas de alimentos, ou seja, 39 milhões de quilos são jogados fora.

Isto é o suficiente para alimentar, também diariamente, 19 milhões de pessoas com as três refeições básicas (café da manhã, almoço e jantar).

Considerando a importância da matéria e a necessidade de instituir em nosso município um programa de doações de alimentos, o que já ocorre em várias cidades, apresenta o presente projeto, contando com o apoio dos Nobres Pares pela sua aprovação, para que tenha tramitação de urgência.